

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



PUC-SP

Paula Azevedo Damasio da Silva

Migrações Femininas e a Exploração do Trabalho Doméstico: a vulnerabilidade das imigrantes do Norte da América Central e do México nos Estados Unidos.

Trabalho de Conclusão de Curso

São Paulo

2025

PAULA AZEVEDO DAMASIO DA SILVA

Migrações Femininas e a Exploração do Trabalho Doméstico: a vulnerabilidade das
imigrantes da América Central e do México nos Estados Unidos.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Relações Internacionais da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP),
como exigência parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Arthur Felipe Murta Rocha Soares

São Paulo

2025

AGRADECIMENTOS

Agradecer pela realização desse trabalho e por todas as experiências pessoais e acadêmicas que vivi ao longo desses quatro anos de graduação, parece uma tarefa impossível. Não apenas pela minha pouca inclinação a sentimentalismos, mas também pelo enorme número de pessoas que fizeram parte desse momento e contribuíram de forma indispensável para essa conclusão. Alguns nomes porém, merecem um destaque especial, e apesar de não existirem palavras capazes de expressar a enorme gratidão que tenho por todos, espero ao menos usar essa oportunidade para lhes conceder o meu mais sincero “Obrigada”

Agradeço primeiramente aos meus pais que foram meu maior suporte durante toda a minha vida. Agradeço ao meu pai, Paulo Elídio Damasio da Silva por possibilitar que eu vivesse o sonho da graduação e muitos outros, por me apoiar em todos os momentos e me ensinar que nada é mais importante que ser feliz. Agradeço também a minha mãe, Andrea Cordeiro Azevedo, por me formar como pessoa, por me mostrar que a vida é mais simples do que minha ansiedade diz e por me inspirar a ser uma mulher forte. Tal mãe, tal filha. Agradeço também a minha avó Maria do Carmo por ser uma segunda mãe.

Agradeço ao grupo de meninas que fizeram a faculdade ser mais leve e divertida, Anafla, Bia, Ma, Marimar e Vit. Obrigada pelas incontáveis risadas e pelos segredos compartilhados. Agradeço também a Nação Jegueira: Anninha, Cezinha, Mari e especialmente a Rai, por sempre me divertir e acolher, obrigada por serem vocês. Agradeço a Gabi por sempre me ouvir e permitir que eu fosse eu mesma. Agradeço também a todos os meus outros amigos que compartilham a vida comigo.

Agradeço aos excelentes professores da PUC-SP por expandirem minha educação, especialmente o meu orientador Arthur Murta pelo acolhimento e as aulas infinitamente divertidas. E por fim, agradeço a todos com quem cruzei durante esses quatro anos, que complementam a experiência incrível que foi essa graduação.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as especificidades da experiência feminina de imigração laboral visando evidenciar a contribuição dos estudos de gênero para o campo de estudos migratórios. O texto apresentará uma revisão bibliográfica sobre os fluxos migratórios internacionais através do recorte de gênero, sistematizando os conceitos de feminização da migração e divisão sexual do trabalho a fim de expor a articulação internacional da exploração do trabalho doméstico das mulheres dos países do Norte da América Central (El Salvador, Honduras e Guatemala) e do México que migram para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida. Assim, será apresentada uma discussão sobre as motivações e desafios das imigrantes do Triângulo Norte da América Central e do México, bem como as vulnerabilidades que enfrentam na travessia das fronteiras e ao se estabelecerem nos Estados Unidos.

Palavras-chave: Imigração, Feminização da Migração, mulheres da América Central e México, Estados Unidos, Trabalho Doméstico.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the specificities of the female experience of labor immigration in order to highlight the contribution of gender studies to the field of migration studies. The text will present a bibliographic review on international migration flows through a gender perspective, systematizing the concepts of feminization of migration and sexual division of labor in order to expose the international articulation of the exploitation of domestic labor of women from the countries of northern Central America (El Salvador, Honduras and Guatemala) and Mexico who migrate to the United States in search of better living conditions. Thus, a discussion will be presented on the motivations and challenges of immigrants from the Northern Triangle of Central America and Mexico, as well as the vulnerabilities they face when crossing borders and when settling in the United States.

Key-words: Immigration, Feminization of Migration, Central American women, United States, Domestic Work

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

OIM - Organização Internacional para as Migrações

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: GÊNERO, MIGRAÇÃO E TRABALHO.....	10
1.1 A “feminização dos fluxos migratórios”.....	10
1.2 As motivações da migração feminina.....	11
1.3 As dinâmicas globais do trabalho de cuidado.....	12
CAPÍTULO 2 : OS PARADIGMAS DA MIGRAÇÃO FEMININA DO TRIÂNGULO NORTE E DO MÉXICO RUMO OS ESTADOS UNIDOS.....	16
2.1 Motivações e travessia.....	16
2.2 Panorama da imigração nos Estados Unidos.....	19
2.3 Cadeia global de cuidado: a inserção das imigrantes no mercado laboral dos Estados Unidos e suas problemáticas.....	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	27

INTRODUÇÃO

As análises dos fluxos de migração internacional foram historicamente centralizadas na figura masculina. Os homens eram considerados os únicos agentes ativos desse processo, enquanto as mulheres eram tidas apenas como acompanhantes. As mudanças sociais observadas a partir da inserção global das mulheres no mercado de trabalho, passaram a influenciar diretamente o fluxo migratório feminino (Marinucci, 2007). O aumento das migrações de mulheres para fins laborais destacou sua importância na mobilidade humana internacional, atraindo pesquisas que passaram a identificar as divergências das dinâmicas de migração específicas das mulheres.

Assim, o campo de estudos migratórios passou a identificar as relações de gênero como um elemento estruturante do processo migratório (Bertoldo, 2018). Desta forma, iniciou-se um movimento de desenvolver metodologias centralizadas em evidenciar as trajetórias femininas, promovendo portanto a “feminização” das migrações internacionais, termo utilizado para

designar essa maior visibilidade de participação das mulheres nos fluxos migratórios e tal termo identifica formas e desdobramentos, bem como uma diversidade de condições e montava assim circunstâncias que as mulheres em deslocamento usualmente enfrentam (Delfim, 2015, p.01 *apud* Lira et. al., 2019, p. 328).

De acordo com o Relatório Mundial sobre as Migrações da OIM (2024) a quantidade de imigrantes internacionais no mundo chegou a 281 milhões em 2020, e deste número, quase metade (135 milhões) são mulheres. O relatório aponta também que 169 milhões são classificados como migrantes laborais, que deixam seus países em busca de trabalho.

Nesse contexto, os estudos migratórios passaram a identificar as formas como a divisão sexual do trabalho e a feminização da pobreza influenciam diretamente em toda a cadeia migratória feminina. Dentre as principais motivações das mulheres para saírem de seus países, está a busca por melhores condições financeiras e a tentativa de fugir da pobreza que enfrentam em seu país de origem. Ao chegarem no país de destino, a maior parte das mulheres passam a ingressar em serviços de assistência e cuidados, principalmente como

babás, empregadas, assistentes de idosos, etc, visto que, são trabalhos tidos como exclusivamente femininos e socialmente inferiorizados (Bertoldo, 2018).

Em um mundo de desenvolvimento desigual, os países desenvolvidos acabam recebendo grandes fluxos de imigrantes vindos de países periféricos em busca de melhores condições de vida. Teresa Kleba Lisboa pontua que “O crescente fluxo migratório de mulheres para trabalhar como domésticas em países do Primeiro Mundo é consequência direta do desenvolvimento desigual promovido pelo capitalismo neoliberal” (Teresa Kleba apud Lisboa, 2007, p.808). As dinâmicas de dominação econômica, bem como, as relações históricas coloniais, impulsionam o fluxo de mulheres do Terceiro Mundo para trabalhar no Primeiro Mundo em busca de melhores condições de vida.

Dos 281 milhões de migrantes no mundo em 2020, a América Latina e o Caribe representavam 43 milhões, ou cerca de 15% do total. (OIM,2024) Em 2020, 25,5 milhões (59,5%) de emigrantes da América Latina e do Caribe estavam vivendo na América do Norte (CEPAL 2020). Nessa conjuntura, as mulheres do norte da América Central e do México buscam a oportunidade de conseguirem recursos financeiros e segurança ao migrarem para os Estados Unidos, e acabam preenchendo uma crescente demanda de trabalho doméstico irregular e precarizado (Martins, Vedovato, 2016). Além das diversas violências que podem ser submetidas durante a travessia, essas mulheres também enfrentam uma dura realidade de exploração quando conseguem chegar aos Estados Unidos.

Vale ressaltar que, além da própria sobrevivência, a mulher imigrante também procura prover para a família, muitas vezes enviando remessas de dinheiro para membros da família que ficaram no país de origem. Dos 831 bilhões de dólares em remessas internacionais que circularam o mundo em 2022, 647 bilhões foram enviados por migrantes a países de baixa e média renda. (OIM, 2014). Em 2023, projeta-se que a América Latina e Caribe receba 18% do total das remessas globais. (CEPAL, 2023) Desta maneira, se estabelece uma cadeia vantajosa tanto para o país de origem, que incentiva a emigração por essas remessas enviadas aos parentes, como para o país receptor que explora o trabalho doméstico dessas mulheres. (Lisboa, 2007)

Assim, as mulheres centro-americanas e mexicanas passam a enfrentar uma dupla vulnerabilidade, derivadas tanto da sua condição feminina em uma ordem patriarcal, como pela sua condição de imigrante, sem acesso aos direitos nacionais (Bertoldo, 2018). Dessa forma, esse crescente fluxo migratório feminino para os Estados Unidos, ilustra as problemáticas dos fenômenos globais que incentivam as migrações das mulheres e evidencia a rede de exploração internacional que estão inseridas.

CAPÍTULO 1: GÊNERO, MIGRAÇÃO E TRABALHO

1.1 A “feminização dos fluxos migratórios”

Historicamente, os estudos migratórios foram majoritariamente desenvolvidos em volta de questões laborais, concentrados apenas em analisar os fluxos migratórios a partir das dinâmicas de trabalho, e por isso os homens eram vistos como o único agente ativo desse processo e as mulheres eram consideradas coadjuvantes, tidas apenas como acompanhantes. Considerava-se que as migrações femininas, portanto, eram motivadas apenas pela instância de acompanhar os homens ou reencontrar com suas respectivas famílias que já haviam migrado.(Marinucci, 2007) Assim, as mulheres eram reduzidas a acompanhantes dos homens provedores, que seriam aqueles que desenvolveriam o papel produtivo e procurariam trabalho na nova terra (Dornelas; Ribeiro, 2018).

Havia um pressuposto de que os homens eram mais aptos a correr riscos, enquanto as mulheres eram as guardiãs da comunidade e da estabilidade. Essa imagem, favorecida pela teoria push-pull, colocava a migração como resultado de um cálculo racional e individual e relegava as mulheres a um lugar secundário, sem reconhecer o seu trabalho como imigrantes(...)(ASSIS, 2007, p.749-750 *apud* Dornelas; Ribeiro, 2018)

Assis (2002) argumenta que apesar das mulheres participarem intensamente dos fluxos migratórios internacionais – correspondendo a aproximadamente metade dos fluxos desde 1960 de acordo com o relatório mundial da migração da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2024) – a experiência migratória feminina permaneceu subestimada nas análises de migração porque os estudos eram pautados a partir da influência das teorias neoclássicas de migração, que eram focadas em questões econômicas e de classe e destacavam o mercado de trabalho como principal motivador dos fluxos. Desta forma, a questão de gênero era relativizada e negligenciada. A pouca participação laboral da mulher, portanto, a colocava longe do processo decisório e portanto dispensava um olhar mais atento.

Em contrapartida, as mudanças em volta do papel social das mulheres, sua inserção no mercado de trabalho e o avanço de estudos de gênero tornaram obsoleta a visão da mulher

como agente passivo. “A percepção das profundas diferenças da experiência migratória feminina passou a impossibilitar análises e avaliações genéricas e neutras quanto à questão de gênero (gender insensitive)” (Marinucci, 2007). Desta forma, as pesquisas tradicionais, centralizadas nas experiências masculinas, falhavam em identificar e analisar as especificidades das experiências femininas na migração. A ausência da abordagem da questão de gênero vinha impedindo avanços teóricos nos estudos migratórios, além de obstruir o desenvolvimento de políticas públicas específicas e uma legislação mais inclusiva com essas mulheres (Dornelas; Ribeiro, 2018).

Nesse contexto, os avanços de estudos de gênero nas teorias migratórias popularizou o termo “feminização das migrações”, utilizado principalmente para generalizar o aumento da visibilidade que questões femininas passaram a apresentar nos estudos dos fluxos migratórios nas últimas décadas (Marinucci, 2007). Essa feminização, portanto, não trata necessariamente de um aumento quantitativo das mulheres nos fluxos, uma vez que este se manteve relativamente constante nas últimas décadas. De acordo com o relatório mundial da migração da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2024) a proporção de mulheres migrantes variou entre 49% e 48% desde 2000 e 2020. Nesse sentido, Marinucci (2007) define a que

antes de uma feminização quantitativa das migrações, está ocorrendo uma maior visibilidade das mulheres em decorrência da difusão, embora incipiente, da abordagem de gênero como critério epistêmico que possibilita uma compreensão mais abrangente das migrações internacionais. Sem dúvida, o processo de emancipação feminista e as decorrentes mudanças axiológicas e ideológicas em muitas sociedades contribuíram para isso. (MARINUCCI, 2007, p. 8)

Em suma, a expressão “feminização da migração” não sugere uma mudança de paradigmas, mas destaca a nova atenção às migrações femininas. (Jerónimo, 2019) Assim, apesar da constância na proporcionalidade da migração entre homens e mulheres, o exponencial aumento numérico de mulheres migrando sozinhas, a mudança do perfil das migrantes e sua centralização nas análises migratórias justificam o uso do termo “feminização da migração”.

1.2 As motivações da migração feminina

Atualmente muitas razões motivam a inserção das mulheres em fluxos migratórios, principalmente a busca por trabalho, melhores condições de vida e sustento a famílias e filhos, podendo ser impulsionada também, pela fuga de relações violentas ou dos arranjos político patriarcais dos países de origem (Bertoldo, 2018). Marinucci aponta que “O contexto cultural

e axiológico da própria sociedade gera uma forte influência, na medida em que estabelece o papel da mulher e suas limitações no ato migratório” (Marinucci, 2007, p. 4). Assim, tanto as relações sociopolíticas do país de origem como os estereótipos do papel social da mulher no país de destino podem incentivar ou desestimular a migração feminina.

Somando-se a questões étnicas, sociais e financeiras, as relações de gênero correspondem a importantes motivadores de migração, e também influenciam diretamente no processo de travessia e nas condições de estabelecimento no país de origem. As mulheres acabam se tornando grupos vulneráveis em uma série de contextos. Diversos exemplos ilustram as questões e os riscos específicos do processo migratório feminino como: restrições legais de seus países de origem à imigração, riscos de tratamento violento (incluindo estupro, tráfico e sujeição a escravidão) às mãos de agentes estaduais, indivíduos e grupos criminosos, durante o trajeto, entre outros. As redes ilegais são ainda mais problemáticas para o fluxo migratório feminino, considerando que as mulheres enfrentam um medo maior de serem vítimas de violência e tráfico para fins sexuais (Marinucci, 2007).

Os problemas estão presentes também no mercado de trabalho, com salários mais baixos, ausência de direitos laborais e proteções sociais, etc... (Jerónimo, 2019) A questão financeira ainda é um ponto fundamental para a migração feminina. Lisboa aponta para o fenômeno de feminização da pobreza – De acordo com a ONU Mulheres (2024) 1 a cada 10 mulheres vive em extrema pobreza, sobrevivendo com menos de US\$2,15 por dia – a autora argumenta que as desigualdades estruturais e a limitação do acesso das mulheres a recursos e oportunidades para combater a pobreza em seu país de origem, impulsiona os fluxos migratórios femininos. Dornelas e Ribeiro (2018) indicam que, nesse contexto, as mulheres passaram a migrar sozinhas em busca de trabalho.

1.3 As dinâmicas globais do trabalho de cuidado

As migrações laborais das mulheres estão inseridas nas dinâmicas da economia globalizada. Os países periféricos incentivam, inclusive financeiramente, as mulheres a migrarem para países desenvolvidos, visando a remessas de dinheiro em moeda estrangeira que essas mulheres enviarão para as famílias. Alguns Estados chegam a financiar muitas migrações, tendo em vista a vantagem do recebimento dessas significativas e crescentes remessas (Martins, Vedovato, 2016). De acordo com a OIM (2024) as remessas internacionais

tiveram um aumento de 650%, passando de 128 bilhões para 831 bilhões de dólares entre 2000 e 2022.

Por outro lado, os países receptores, geralmente desenvolvidos, se beneficiam do trabalho precarizado e desregulamentado que as mulheres imigrantes passarão a executar em seu território (Lisboa, 2007). Esses países exploram a mão de obra da mulher migrante para sanar sua crescente demanda no mercado de assistência, empregando mulheres imigrantes em condições precarizadas como cuidadores, domésticas e babás. Esse processo se caracteriza na chamada Cadeia Global de Cuidado apresentado por Russel Hochschild que como sintetiza Bertoldo:

A pesquisa de Hochschild (apud YEATES, 2004) trata especificamente sobre as transferências transnacionais da mão de obra materna, tendo identificado uma cadeia em que uma filha mais velha de uma família pobre cuida de seus irmãos enquanto sua mãe trabalha como babá cuidando dos filhos de outra babá que, por sua vez, cuida dos filhos de uma mulher rica em outro país. Vários são os processos envolvidos nesse conceito, principalmente a ideia de terceirização dos serviços de cuidado à família. Essa terceirização, que pode se dar tanto em escala nacional, como é o caso da migração rural-urbana, hoje ocorre cada vez mais em nível internacional, transfronteiriça ou transregional, implicando no recrutamento de mão de obra através das redes informais de migração. (Bertoldo, 2018 p.315)

Desta forma, o comércio internacional de mão de obra doméstica se insere no contexto de feminização das migrações e é, em parte, respostas do desenvolvimento desigual ao redor do mundo" (Bertoldo, 2018 p. 316). O serviço doméstico é socialmente desvalorizado e historicamente associado às mulheres, considerado uma profissão feminina e servil, constantemente tratado na informalidade, e por isso, desvalorizado (Bertoldo, 2018). Na Divisão Sexual do Trabalho, os serviços de assistência e cuidados com crianças, idosos e doentes são associados à feminilidade (Lisboa, 2007).

Sobre a crescente demanda por trabalho doméstico e de assistência nos países do terceiro mundo, Bertoldo sumariza que

a OIT apresenta uma série de fatores e interações que explicam a demanda pelo trabalho doméstico de migrantes: a) a dificuldade cada vez maior que as famílias enfrentam em lidar com o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares; b) o envelhecimento da população e crescimento da expectativa de vida, juntamente com as menores taxas de fertilidade que têm colocado em tensão os tradicionais modelos de cuidado; c) o aumento do custo de vida, juntamente com a segmentação do mercado de trabalho, a violência doméstica e familiar e o não acesso à educação, ou seja, situações para as quais não resta outra opção para essas mulheres a não ser migrar (TAYAH, 2016 apud BERTOLDO 2018 p. 315)

Sob essa conjuntura, muitos fatores estimulam as mulheres migrantes a trabalharem com esses serviços. Além de ser um trabalho que não exige qualificação e ser culturalmente associado às mulheres, o trabalho doméstico é visto como uma vantagem por possibilitar que se more no trabalho, resolvendo assim uma das maiores dificuldades dessas mulheres: a questão da moradia. Por estarem mais expostas a diversas formas de violência, a questão de segurança e valores familiares se tornam um fator central na busca por uma habitação. As mulheres migrantes veem no trabalho doméstico a chance de se socializarem com segurança em uma casa de família (Lisboa, 2007).

É reconhecido, porém, que essas casas não representam necessariamente um ambiente seguro para essas mulheres. A dupla vulnerabilidade que estão expostas, devido a sua condição de mulher e imigrante, potencializa a discriminação que sofrem no país receptor (Jerónimo, 2019). Além disso, a condição de *ilegal* que mulheres que migram de forma irregular adquirem, agrava a precarização do seu trabalho, uma vez que não contam com o acesso aos direitos fornecidos pelo Estado Nacional. Essa condição somada ao medo da deportação fortalece a exploração da sua mão de obra, uma vez que passam a aceitar condições precárias, abusos e salários baixos por não acessarem as leis trabalhistas locais e por temerem denúncias e deportação. Tal condição dificulta o seu acesso ao serviço público e à justiça (Bertoldo, 2018).

Assim, “o sistema migratório controlado e ditado pelo Estado restringe e dificulta a mobilidade produzindo assim a ilegalidade, ou seja, se reconhece a violência política como elemento-chave da reorganização do mercado de trabalho”(VILLEN, 2013, p. 7 apud (Bertoldo, 2018 p. 318). Dessa forma, as dinâmicas de trabalhos de assistência exercidos por mulheres imigrantes muitas vezes se desenvolve “numa espécie de rede submersa, informal e ilegal, originando desregulamentação e precarização das relações de trabalho” (Lisboa, 2007, p. 807). Ademais, as vantagens que o trabalho irregular da doméstica imigrante representa para os contratantes, incentiva parte dos patrões a não se comprometerem com a regulamentação de papéis, documentos legais e vistos de permanência, para assim manter o status de ilegalidade da trabalhadora, às afastando dos direitos nacionais e do acesso serviços básicos (Lisboa, 2007).

Sobre a condição de migrante e ilegalidade, Bertoldo acrescenta ainda que

“A exploração da mão de obra migrante se dá justamente pela impossibilidade de fazer valer direitos dentro do espaço público, como é o

caso da validação de diplomas ou acesso à educação. A mão de obra migrante está no sistema capitalista para ser explorada conforme as demandas do mercado, sempre condicionando esses homens e mulheres àqueles cargos não desejados pelos nacionais; cuja qualificação não é necessária; cujas condições são precárias e em que prevalece a informalidade.” (Bertoldo, 2018 p 319)

Como argumenta Bertoldo, os trabalhos indesejados pelos nativos acabam recaindo sob os imigrantes. Nesse contexto, as relações de gênero ainda se fazem presentes. O processo emancipatório das mulheres do primeiro mundo se relaciona diretamente com a demanda por serviços domésticos e de assistência. A procura por trabalhadoras domésticas e cuidadoras estrangeiras é, em partes, gerada pela necessidade de substituir as mulheres nativas, que passam a ingressar cada vez mais no mercado formal, criando uma oportunidade de emigração especificamente feminina, e permitindo que as mulheres do país receptor se dediquem às carreiras profissionais fora do setor privado (Jerónimo, 2019).

Nesse sentido, a ascensão do prestígio das mulheres nativas do norte global no mercado de trabalho, diminui sua participação no cuidados domésticos e familiares, aumentando a busca por mulheres que prestem esse serviço com flexibilidade de horário e baixos salários. Assim a Parreñas (2012) expõe como a emancipação das mulheres nativas do primeiro mundo não se deu a partir de uma mudança estrutural dos papéis de gênero na divisão do trabalho e nem da valorização sociopolítica do serviço doméstico, e sim no descarregamento de responsabilidades domésticas para mulheres migrantes em posição social de vulnerabilidade (Parreñas, 2012). Sendo assim, o protagonismo feminino proposto pela feminização da migração é fundamental para os estudos migratórios, não apenas por dar enfoque nas relações entre homem-mulher nesse panorama, mas também por dar enfoque nas complexidades das relações mulher-mulher que esse contexto engloba (Marinucci, 2007).

“A migração feminina é marcada por uma série de arranjos em torno das relações afetivas, da necessidade de sobrevivência, de cuidado e subsistência de toda a família, de melhores oportunidades para os filhos”(Bertoldo, 2018). Alguns autores ainda citam a chamada “Mais Valia Emocional” devido ao grande envolvimento emocional que os trabalhos de assistência englobam.

A transferência de afeto (mais valia emocional) do Sul para o Norte global, somente possível num cenário de extrema desigualdade entre Estados. Em fases anteriores do imperialismo, extraíam-se riquezas naturais e produtos agrícolas dos países colonizados. Hoje, a extração vai além da força de trabalho na indústria e na agricultura, pois o Norte também depende de recursos emocionais trazidos por mulheres que viajam longas distâncias para prover cuidados com crianças, idosos e doentes, para executar as tarefas

domésticas, serviços sexuais.(Ehrenreich e Hochschild (2003) apud Martins, Vedovato, 2016 p. 1983)

É importante ressaltar, portanto, que todo esse processo se estabelece a partir da relação entre o comércio internacional de serviços de assistência – inserido nos estudos de feminização das migrações – com as históricas relações econômicas de dominação entre os países. O desenvolvimento desigual promovido pelo capitalismo neoliberal intensifica o crescente fluxo migratório das mulheres, uma vez que as famílias que enfrentam profundas dificuldades financeiras nos países em desenvolvimento se encontram desamparadas pelo Estado. “Em função dos ajustes fiscais atribuídos pelo neoliberalismo aos países do Terceiro Mundo, o Estado tem se afastado de seus compromissos, tornando-se “mínimo para o social e máximo para o capital”. (Lisboa, 2007, P. 808). Desse modo, o passado colonial e escravocrata dos países do Primeiro Mundo, somado à dominação racial e de gênero presentes na sua estrutura social, contribuem para a exploração que promovem do trabalho reprodutivo. Ademais, por serem serviços que acontecem no setor privado, em uma sociedade hierarquizada, representam um cenário de invisibilização e precarização (Lisboa, 2007).

CAPÍTULO 2 : OS PARADIGMAS DA MIGRAÇÃO FEMININA DO TRIÂNGULO NORTE E DO MÉXICO RUMO OS ESTADOS UNIDOS

2.1 Motivações e travessia

De acordo com os pesquisadores de migração, as decisões de migrar correspondem a interação de dois níveis diferentes: o macro, que corresponde aos contextos sociais, políticos e econômicos a que estão inseridos, e o micro, que corresponde às experiências e avaliações individuais (Anguita Olmedo; Sampó, 2021). Portanto, o contexto econômico e a insegurança enfrentada principalmente por mulheres nos países do Norte da América Central (Honduras, Guatemala e El salvador) e do México devem ser considerados na análise do seu processo migratório para os Estados Unidos.

A migração do Triângulo Norte da América Central para os Estados Unidos, juntamente com os fluxos provenientes do México, representa uma das maiores migrações do mundo e exemplifica os múltiplos fatores que impulsionam esse fenômeno (Canales, Fuentes e de León Escribano, 2019 apud Cecchini; Pizarro, 2023 CEPAL, 2019). A questão econômica é a principal motivação para a emigração da região. De acordo com a CEPAL (2022), os países da América Latina e Caribe enfrentam uma deterioração nos níveis de

bem-estar desde 2015. A insegurança alimentar também abala esses países, segundo dados da FAO (FAO e outros, 2022), em 2021 a fome afetava 56,5 milhões de pessoas na região (49,4 milhões na América Latina e 7,2 milhões no Caribe). De acordo com análises do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023) 27,4% das mulheres latino-americanas e caribenhas vivem na pobreza multidimensional. Em suma, os padrões de vida e o desenvolvimento econômico do país são fatores determinantes para altos índices de emigração,

Segundo dados da CEPAL, países com menor PIB per capita são aqueles que geram maior expulsão de sua população. El Salvador apresenta essa tendência extrema: 43% de sua população economicamente ativa emigrou nos últimos anos, seis vezes a média latino-americana, enquanto Honduras e Guatemala chegam a 16%, o dobro da média regional. Como consequência das restrições econômicas e dos baixos níveis de PIB per capita, há um excedente sistemático de mão de obra, que emigra em busca de oportunidades (Canales e Rojas 2018, 35 apud Anguita Olmedo; Sampó, 2021, p. 6)

Assim, as mulheres encontram incentivos econômicos para migrarem, aspirando integrar o mercado laboral dos países desenvolvidos. Os Estados Unidos é um destino privilegiado devido sua proximidade geográfica e sua posição como potência econômica mundial (Cortés Castellanos, 2005). Ademais, uma vez que o sustento da família é uma questão fundamental na imigração laboral das mulheres, seu estabelecimento em outro país geralmente implica no envio de remessas de dinheiro para os parentes que permaneceram.

Nesse contexto, a emigração acaba sendo muito vantajosa economicamente para seus países de origem. Em 2022, o Banco Mundial estimou que as remessas recebidas na América Latina e no Caribe totalizaram US\$142 bilhões. O México permanecia como o principal país receptor de remessas na América Latina, concentrando aproximadamente 42% do total recebido na região. Todavia, representam uma parcela muito menor do seu PIB (4,2% em 2022) do que em outros países, onde chegam a corresponder a um quinto do PIB nacional, como El Salvador (23,8% do PIB) e Guatemala (19,8%) (Cecchini; Pizarro 2023 apud Banco Mundial, 2022). É fundamental, portanto, ressaltar a importância que essas remessas representam para a economia dos países que as recebem, contribuindo significativamente para a redução da pobreza, tanto em relação à população total do país quanto para as famílias que as recebem (Cecchini; Pizarro 2023). Em países como El Salvador e Honduras, mais de 15% das famílias recebem esse tipo de renda. (CEPAL, 2019).

- Ademais, apesar da fuga da pobreza e perspectiva de ascensão econômica serem as principais causas de emigração, não são as únicas. A busca por segurança também é um componente fundamental da emigração feminina. (Anguita Olmedo; Sampó, 2021). A instabilidade política e violência nos países da América Central e do México, no que tange a violência criminal, de gênero, de classe e racial, são importantes impulsionadores da emigração, especialmente de mulheres. De acordo com a OIM (2024) El Salvador, Guatemala e Honduras possuem algumas das maiores taxas de homicídio do mundo, bem como alguns dos maiores incidentes de violência sexual e feminicídio. Dessa forma, longe de ser uma emigração voluntária, as mulheres centro-americanas se veem forçadas a migrarem para fugirem da extrema violência. (Anguita Olmedo; Anguita Olmedo; Sampó, 2021)

Durante a travessia para os Estados Unidos, a condição de vulnerabilidade das mulheres do Norte da América Central e do México se agrava, especialmente as que migram de maneira irregular, através de métodos clandestinos. Nesses contextos, as mulheres se tornam alvos centrais de redes de crime organizado, e acabam sendo expostas a redes de violência associados ao tráfico humano, principalmente no que tange a violência sexual, incluindo estupros, prostituição forçada e tráfico para exploração sexual (Anguita Olmedo; Anguita Olmedo; Sampó, 2021). Ademais, as tentativas de imigração podem deixar as mulheres expostas ao abuso físico e sexual de homens que supostamente as ajudaram a atravessar a fronteira. (Kaltman et al., 2011)

as mulheres podem ser abusadas pelos companheiros de viagem, por autoridades migratórias, ou traficantes, e nos piores casos, serem mortas o que evidencia a masculinidade violenta presente no sistema migratório américa Central” (Anguita Olmedo; Sampó, 2021, p.8)

As experiências de migração das mulheres centro-americanas e mexicanas para os Estados Unidos são ainda mais violentas e traumáticas do que as das outras mulheres latinas da América do Sul, visto que são submetidas a trajetos frequentemente realizados por via terrestre ou mesmo a pé, enquanto as sul-americanas geralmente conseguem alcançar o país por transporte aéreo (Kaltman et al., 2011).

Outro ponto importante na emigração são as redes de contatos que as auxiliam durante o processo, podendo ser compostas por amigos, família, organizações ilegais e agentes variados. São particularmente importantes no caso da imigração feminina porque as

mulheres buscam se apoiar em redes sociais, de parentes e conhecidos, para evitarem os possíveis abusos, físicos e econômicos na travessia. (Anguita Olmedo; Anguita Olmedo; Sampó, 2021). É importante ressaltar, porém, que essas redes também agem a partir de uma divisão de gênero. Quando uma rede articulada prioriza um gênero em detrimento a outro, há um impacto direto na proporção de gênero dos migrantes de determinado país. Deste modo, o destaque do papel de outros atores no processo migratório, como parentes e conhecidos, questiona a ideia de uma migração resultante de um cálculo racional e individual, além de representarem mais um ator que mobiliza a distribuição de gênero nos fluxos de migração internacional (De Oliveira Assis; Siqueira, 2009).

Nesse sentido, apesar dessas redes sociais serem estudadas na área de migração desde aos anos 70, seu estudo foi intensificado com a feminização da migração, que gerou o interesse de entender como as relações de gênero moldam e afetam essas redes, impactando a família, amigos e outras organizações que as sustentam. Quanto mais estabelecidas essas redes são, maiores as chances do migrante de conseguir fazer a travessia e se estabelecer no país destino. (De Oliveira Assis; Siqueira, 2009).

O México – principal origem nacional dos imigrantes nos Estados Unidos, (cerca de 23%) (Pew Research Center, 2024). – ainda prioriza a emigração masculina e indocumentada, refletindo os papéis de gênero locais. Donato (2010) argumenta que, a cultura e dinâmicas sociais e familiares do México dificultam a imigração feminina que não esteja relacionada a reuniões familiares. As famílias mexicanas que apoiam e financiam a emigração costumam dar preferência aos homens. Donato (2010) aponta que, questões culturais e políticas influenciam a distribuição de gênero dos fluxos, uma vez que mulheres menos restringidas são mais propensas a migrarem sozinhas ou acompanhadas, do que mulheres que vivem sob maiores restrições.

Por fim, é fundamental pontuar que, o combate a imigração agrava a vulnerabilidade das mulheres que migram indocumentados porque as restrições policiais as obrigam a buscarem formas e rotas alternativas e clandestinas, que geralmente representam jornadas com maiores riscos (Anguita Olmedo; Anguita Olmedo; Sampó, 2021).

2.2 Panorama da imigração nos Estados Unidos

As crises migratórias contemporâneas revelam o caráter contraditório da globalização. As expectativas que o fenômeno facilitaria a livre circulação foram contrariadas pelas

tendências atuais do cenário internacional, caracterizadas pelo acirramento dos controles das fronteiras, pela securitização da questão migratória e pela constante supressão dos direitos humanos dos migrantes indocumentados (De Oliveira Assis, Siqueira, 2009). Assim, ao passo que numericamente, a migração continue crescendo – o número de pessoas vivendo fora de seu país de origem atingiu um recorde histórico de 281 milhões (3,6% da população total mundial), em comparação com 173 milhões em 2000 (2,8%) e 221 milhões em 2010 (3,2%) (OIM,2014) – as políticas restritivas de combate a imigração crescem também.

A percepção de ameaça nacional que os países receptores, especialmente os do norte global, possuem dos fluxos migratórios irregulares do sul global, acentuam a securitização e criminalização da migração internacional e acaba restringindo ainda mais o acesso aos direitos humanos dos imigrantes (Anguita Olmedo; Sampó, 2021). De Oliveira Assis (2008) argumenta que embora exista uma idealização global dos Estados Unidos como “terra das oportunidades”, o país está inserido nessa lógica e vem implementando políticas migratórias progressivamente mais restritivas, caracterizadas pelo maior rigor na concessão de vistos, concedidos a partir de critérios raciais e religiosos. A intensificação desse processo depois dos atentados de 11 de setembro e a chamada “Guerra ao Terror” dificultaram ainda mais o acesso legal dos imigrantes ao país. As tentativas de barrar aqueles considerados “ameaça à segurança nacional” resultaram em um aumento do controle das fronteiras. (De Oliveira Assis, 2008)

Apesar de ser um estado membro do Protocolo 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados, que dita que todos os países devem garantir que todos que necessitem de assistência humanitária possa recebê-la prontamente e sem obstruções (Protocolo de 1967), os Estados Unidos permanece promovendo leis e políticas de restrição ao asilo a imigrantes no país. A Lei de Reforço de Fronteira de 2023 (*The Border Reinforcement Act of 2023*), por exemplo, criminaliza a permanência além do prazo de um visto e exige que todos os empregadores dos EUA verifiquem o status de imigração de seus trabalhadores.(National Immigration Forum, 2023). Outro exemplo, que de acordo com as Nações Unidas, fere os direitos internacionais dos migrantes (ONU, 2018), foi o decreto do então presidente Donald Trump em 2018, proibindo estrangeiros de requerer asilo fora de postos de entrada oficiais no território estadunidense.

Além do acirramento das políticas migratórias, a imigração dos Estados Unidos também enfrenta um processo de feminização quantitativa. Em 1900, as mulheres

representavam menos de um terço da quantidade de migrantes, já em 1980, representavam aproximadamente metade (Donato, 2010). O aumento da presença feminina nos Estados Unidos se deu em parte, pelas mudanças das políticas migratórias a partir de 1952, que passaram a promover medidas em prol da união familiares, dessa forma, promovendo vistos isentos de limites numéricos para filhos e esposas de cidadãos e residentes permanentes dos EUA. Tal política resultou em um grande aumento de mulheres imigrantes, principalmente durante os anos 1960 e 1970 (Donato, 2010). Atualmente, as mulheres ainda representam uma parcela expressiva dos imigrantes no país. Em 2021, haviam 23,2 milhões de mulheres imigrantes nos Estados Unidos, representando mais da metade (51,3%) da população total nascida no exterior. (American Immigration Council , 2023)

Nesse cenário, as mulheres centro-americanas e mexicanas se destacam como grupos afetados por esses fenômenos migratórios, uma vez que a maior parte da imigração dos Estados Unidos provém da América Central e do México (CEPAL, 2023). Apenas as mexicanas representam 21% das mulheres nascidas no exterior. (American Immigration Council, 2023) A dificuldade de obter cidadania, residência permanente e autorização de trabalho nos Estados Unidos faz com que muitos imigrantes latinas não consigam trabalhos formais, mesmo com capacitação e formação, sendo obrigados a recorrer a trabalhos precarizados e informais. (Hondagneu-Sotelo, 1994))

2.3 Cadeia global de cuidado: a inserção das imigrantes no mercado laboral dos Estados Unidos e suas problemáticas

O entendimento da questão do cuidado como questão pública e influente na política global, se acentuou a partir dos anos 1990, com o conceito de Cadeia global de cuidados, cunhado pelo Arlie Hochschild (2000) e ampliado por diversos estudiosos da política internacional (Nguyen et al, 2017). A transferência de mão de obra para recursos de cuidado e assistência, em um contexto de globalização, opera a partir da contratação de mulheres dos países de terceiro mundo, por famílias de classe média dos países desenvolvidos. Nesse sentido, “as relações entre os usuários e provedores dos serviços de assistência atravessam processos globalizados de reestruturação neoliberal e formas transnacionais de desigualdade”(Nguyen et al, 2017 p. 2000, tradução nossa), além de estarem inseridos em uma divisão sexual do trabalho pautada em uma lógica associativa entre o “feminino” e o “cuidado”, principalmente no que tange o trabalho doméstico.

Nesse contexto, os homens imigrantes do Triângulo Norte da América Central e do México tendem a se inserir no setor de agricultura ou em ocupações informais e temporárias – nos setores de construção civil, jardinagem, pintura, entre outros – atuando predominantemente como *day laborers*, posicionando-se em esquinas ou pontos estratégicos urbanos à espera de possíveis contratantes. As mulheres, por outro lado, ocupam empregos igualmente precarizados porém mais invisibilizados e, por isso, menos reconhecidos (Hondagneu-Sotelo, 1994).

A indústria de Cuidados de Saúde e Assistência Social emprega a maior parte das mulheres imigrantes dos Estados Unidos, (23,3 %), seguidas pelos Serviços Profissionais (13,3 %) e Hospitalidade (9,7 %) (American Immigration Council, 2023). Nessa perspectiva, os papéis domésticos e reprodutivos que as mulheres tradicionalmente exercem na sociedade, interferem diretamente na sua experiência migratória e na sua inserção laboral, de modo que, as obrigações domésticas e familiares das mulheres se estendem para os serviços domésticos remunerados quando elas se inserem no mercado de trabalho dos Estados Unidos (Morales, 1995).

As mulheres imigrantes frequentemente apresentam altas taxas de participação na força de trabalho no país em que residem. Nos Estados Unidos, imigrantes representam 16% das mulheres atualmente na força de trabalho do país. (American Immigration Council, 2023). Hondagneu-Sotelo (1994) aponta que apesar de trabalharem em vários setores diferentes da economia estadunidense, muitos fluxos migratórios femininos são induzidos por políticas e práticas de migração que favorecem a entrada de trabalhadoras domésticas. A autora exemplifica seu argumento com a descoberta do socialista Tery Repak (apud Hondagneu-Sotelo, 1994) que constatou que grande parte dos primeiros imigrantes da grande população de centro-americanos que vivem em Washington D.C, eram mulheres que foram para os Estados Unidos trabalhar como empregadas domésticas para famílias envolvidas com cargos diplomáticos.

Apesar da precarização e informalidade das condições de trabalho dos serviços de cuidado – que constroem uma ocupação laboral estigmatizada e marcada pelo baixo status social – o trabalho doméstico e de assistência representam algumas vantagens para mulheres migrantes, sobretudo as do Norte da América Central e do México. Os horários flexíveis e a possibilidade de moradia auxiliam no estabelecimento das mulheres migrantes no país. (Hondagneu-Sotelo, 1994).

Nesse sentido, “o trabalho varia segundo o status migratório das mulheres. Isso é mais significativo no caso das mulheres indocumentadas que incorporam principalmente o setor de serviço, em especial, o serviço doméstico” (Morales, 1995, p. 142, tradução nossa) Assim, as migrantes indocumentadas acabam sob maior risco de serem exploradas. De acordo com a OIM (2024) as migrantes que trabalham na economia informal se veem excluídas da proteção social e vivenciam níveis mais elevados de precariedade, com maior probabilidade de enfrentar abusos, violência, exploração.

As políticas migratórias restritivas dos Estados Unidos dificultam a regularização dos migrantes e seu acesso ao mercado de trabalho regularizado, o que os direciona para trabalhos irregulares, sem garantias de direitos. De acordo com o Pew Research Center (2024) ,dos 30 milhões de imigrantes que fazem parte da força de trabalho dos Estados Unidos em 2022, 8,3 milhões eram trabalhadores não autorizados. Novamente as mulheres mexicanas são particularmente afetadas, visto que, no mesmo ano, os imigrantes nascidos no México correspondiam a mais de um terço de todos os imigrantes não autorizados no país (Pew Research Center, 2024).

“O trabalho doméstico remunerado continua acontecendo majoritariamente de forma isolada, irregular e privatizada” (Hondagneu-Sotelo,1994, p.261) . As trabalhadoras acabam desamparadas pelo governo ou outras instituições de apoio quando negociam suas condições de trabalho. A assimetria da relação entre empregado e funcionário, além da fragilidade econômica que as trabalhadoras encontram, gera um cenário de possíveis abusos trabalhistas (Hondagneu-Sotelo, 1994). De Alencar-Rodrigues;Cantera; Strey (2010) apontam ainda como a questão do idioma pode ser um obstáculo para que imigrantes latinoamericanas e hispânicas acessarem os recursos nos Estados Unidos. De acordo com o Pew Research Center (2024), os imigrantes do México e da América Central possuem as taxas mais baixas de proficiência em inglês dentre os imigrantes no país.

Ao se estabelecerem no país receptor as mulheres ainda enfrentam diversas adversidades que contribuem para sua posição de vulnerabilidade (Anguita Olmedo; Anguita Olmedo; Sampó, 2021). A violência é frequentemente facilitada pela vulnerabilidade das migrantes recentes devido seus recursos financeiros limitados, sua falta de fluência em inglês e as suas eventuais dificuldades com entendimento cultural (Kaltman et al., 2011). O status de migração ainda influencia a segurança das mulheres uma vez que, aquelas que se encontram em situação irregular receiam denunciar quaisquer tipos de abusos físicos, sexuais

ou psicológicos que sofram, por medo de denúncias às autoridades migratórias (Kaltman et al., 2011). Assim, o medo da deportação, as dificuldades com o idioma, a falta de conhecimento sobre os próprios direitos, desincentivam as mulheres a buscarem serviços sociais que as possam auxiliar (De Alencar-Rodrigues;Cantera; Strey, 2010).

Nesse contexto, as redes sociais que as trabalhadoras desenvolvem através de conexões familiares, interações sociais, e agentes não estatais se fazem presentes também depois da chegada no país receptor. Essas redes oferecem contatos de trabalho e permitem que mulheres imigrantes compartilhem informações fundamentais para se organizarem no mercado de trabalho, de modo que possam compartilhar técnicas e informações umas com as outras, suprimindo a falta que os estados lhe tem com sua condição de “não cidadãos” (Hondagneu-Sotelo , 1994).

São nessas redes sociais que as trabalhadoras são capazes de transmitir umas as outras informações como: contatos de contratantes, recomendações, referências de valores a serem cobrados pelo trabalho, onde buscar assistência legal em caso de problemas, etc . Dessa forma, as informações transmitidas nessas redes são fundamentais para melhorar as condições de trabalho. Esses arranjos, porém, não impedem completamente que as condições de trabalho sejam abusivas, pois permanecem no ramo da informalidade legal (Hondagneu-Sotelo , 1994).

Por outro lado, as dinâmicas entre as mulheres dos Estados Unidos com as imigrantes também são complexas. O processo de emancipação das mulheres estadunidenses, através de uma lógica econômica neoliberal de inserção laboral, promove a necessidade de mulheres de baixa renda, dentre elas migrantes, adentrarem no mercado de trabalho estadunidense (Morales, 1995). Dessa forma, as mulheres migrantes se encontram em grande desvantagem.

Apesar de possuírem proporções de qualificação parecidas com as mulheres nativas, – 33,9 % as mulheres imigrantes possuíam diploma de bacharelado ou nível de escolaridade superior em 2021, em comparação com 36,6 % das mulheres nascidas nos Estados Unidos (American Immigration Council, 2023) – e de possuírem uma participação laboral também parecida - Entre as mulheres nascidas no exterior, 57,0% participam da força de trabalho, em comparação com 58,7% das mulheres nascidas nos Estados Unidos. - As imigrantes ganham menos do que as mulheres nascidas nos EUA. (American Immigration Council, 2023)Nessa conjuntura, a renda média familiar das mulheres imigrantes é de US\$59.900, inferior à renda média familiar das mulheres nascidas nos Estados Unidos, que é de US\$64.300. Países como

México e El Salvador, possuem rendas médias anuais familiares ainda mais baixas: US\$49.000 e US\$51.400 respectivamente.

As desigualdades se dão também entre os homens e mulheres nativos do mesmo país. Na maior parte dos países da América Latina, os homens ganharam mais do que as mulheres imigrantes, apesar das mulheres de países como El Salvador e México possuírem uma porcentagem maior de diplomas de bacharelado ou níveis superiores do que os homens imigrantes desses mesmos países. (American Immigration Council, 2023)

É importante pontuar por fim que, apesar da força produtiva das mulheres imigrantes agregar valor essencial à economia e sociedade estadunidense, seu trabalho continua subvalorizado e explorado. Desde 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconhece os imigrantes como agentes de desenvolvimento (Anguita Olmedo; Sampó, 2021)

O Banco Mundial (2018) destaca que políticas de inclusão dos migrantes, voltadas para reduzir sua vulnerabilidade, podem estimular o crescimento econômico nos países de destino a médio e longo prazo. (Cecchini; Pizarro 2023 p. 224, tradução nossa)

Portanto, “a mulher migrante é um ator social que modifica, se incorpora e se inter relacionam tanto com o contexto social, econômico e cultural de sua comunidade de origem, como com o da unidade de destino”(Morales, 1995, p. 146). As dificuldades que as mulheres do Triângulo Norte da América Central e do México enfrentam durante toda sua jornada migratória para os Estados Unidos, expõe as dinâmicas transnacionais de desigualdade e exploração que permeiam o mercado de trabalho e as relações de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As associações entre experiência migratória e as relações de gênero não são uniformes. Ao passo que podem empoderar mulheres através de novas oportunidades geradas pela exposição a novas normas de gênero, a experiência migratória pode colocar as mulheres em uma situação de desigualdade pelas condições de isolamento de trabalho precarizado que enfrentam. (Alencar-Rodrigues;Cantera;Strey, 2010) Dessa forma, se estabelece um paradoxo em que, as mulheres ao fugirem da violência em seu país nativo, acabam sendo expostas a outras violências no processo migratório. (Anguita Olmedo; Anguita Olmedo; Sampó, 2021)

O protagonismo feminino proposto pela “feminização das migrações” enfim permite que as relações de gênero sejam examinadas e suas contribuições para os padrões dos fluxos migratórios sejam analisadas. O gênero organiza, motiva e padroniza a migração e por isso, é essencial entender e analisar a natureza das dinâmicas de gênero dos países de origem, como também dos países receptores.

Os papéis de gênero e a hierarquia de poder que se estabelece nos países do Norte da América Central e do México são alguns dos principais motivadores da migração feminina, uma vez que afetam diretamente a segurança econômica e física das mulheres que habitam essas regiões. Ao atravessarem a fronteira para os Estados Unidos, essas mulheres enfrentam uma série de riscos vinculados à sua condição feminina. As restrições policiais nas fronteiras estadunidenses agregam ainda mais perigo e violência na sua jornada. Nessa conjuntura, as redes sociais que auxiliam a travessia tornam-se um suporte fundamental para uma migração bem sucedida.

As condições de trabalho abusivas que as mulheres do triângulo Norte da América Central e do México se deparam quando se inserirem no mercado de trabalho ao se estabelecerem nos Estados Unidos revelam as articulações de uma cadeia global que opera de forma a fornecer mão de obra feminina para serviços de cuidado e assistência precarizados nos países desenvolvidos. As restrições migratórias impostas pelo governo dos Estados Unidos, dificultam o acesso das mulheres latino-americanas ao mercado de trabalho legal, obrigando-as a atuar na informalidade e ilegalidade, onde estão mais expostas a abusos, violência e exploração.

A Cadeia Global de cuidados está inserida em um contexto globalizado de desigualdades em que o comércio internacional de assistência ocorre a partir da vulnerabilidade socioeconômica das mulheres dos países do terceiro mundo, para suprir a crescente demanda por trabalhadoras domésticas dos países mais ricos. Ocorre inclusive uma transferência de afeto (mais valia emocional) em que as mulheres devem deixar os cuidados seus filhos e parentes sob os cuidados outras mulheres, para migrar para países mais ricos e assumirem as responsabilidades domésticas das mulheres do norte global, que passam a integrar o mercado de trabalho formal.

Tal processo tem importantes repercussões na economia global. As remessas de dinheiro enviadas pelos migrantes para seus familiares correspondem a uma parcela

significativa do PIB de economias fragilizadas, como El Salvador e Guatemala. Os seus países de origem, portanto, acabam incentivando esses fluxos migratórios laborais, a fim de se beneficiarem financeiramente. O fato desses países também apresentarem altos índices de violência, pobreza e feminicídios, também impulsionam a emigração, especialmente a feminina. Nesse sentido, a violência contra a mulher reforça outras situações de exclusão e marginalização na sociedade em que vivem.

Portanto, a condição de extrema vulnerabilidade que mulheres imigrantes dos países do Norte da América Central e do México experienciam nos Estados Unidos são consequências de uma série de articulações globais que atuam a partir da desigualdade. A precarização que enfrentam nos serviços domésticos e de cuidado expõe as assimetrias do sistema econômico internacional as dinâmicas de poder que estruturam os fluxos migratórios contemporâneos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL . *A snapshot of immigrant women in the United States*. Washington, D.C.: American Immigration Council , 2023. Disponível em: <https://www.americanimmigrationcouncil.org/research/snapshot-immigrant-women-united-states>. Acesso em: 4 jun. 2025

ANGUITA OLMEDO, Concepción; Anguita Olmedo; Sampó, Carolina. The case of migrant women from the Central American Northern Triangle: How to prevent exploitation and violence during the crossing. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, p. e005, 2021.

BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. **Revista katalysis**, v. 21, n. 02, p. 313-323, 2018.

CECCHINI, Simone; MARTÍNEZ PIZARRO, Jorge. *International migration in Latin America and the Caribbean: a development and rights perspective*. Santiago: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (CEPAL), 2023

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Panorama social da América Latina e do Caribe, 2022: resumo executivo*. Santiago: Nações Unidas, 2022. (LC/PUB.2022/16/-*). Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/48555>. Acesso em: 4 jun. 2025.

CORTÉS CASTELLANOS, Patricia. *Mujeres migrantes de América Latina y el Caribe: derechos humanos, mitos y duras realidades*. Santiago de Chile: CEPAL/CELADE – División de Población; Fondo de Población das Nações Unidas, 2005. (CEPAL - Serie Población y Desarrollo, n. 61).

DE ALENCAR-RODRIGUES, Roberta; CANTERA, Leonor M.; STREY, Marlene N. Violencia de género en la pareja contra mujeres inmigrantes: un estado del arte. **La ventana. Revista de estudios de género**, v. 4, n. 37, p. 41-69, 2013.

DE OLIVEIRA ASSIS, Gláucia. A fronteira México-Estados Unidos: entre o sonho e o pesadelo— as experiências de e/imigrantes em viagens não-autorizadas no mundo global. **cadernos pagu**, n. 31, p. 219-250, 2008.

DE OLIVEIRA ASSIS, Gláucia; SIQUEIRA, Sueli. Mulheres emigrantes e a configuração de redes sociais: construindo conexões entre o Brasil e os Estados Unidos. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 17, n. 32, 2009.

DORNELAS, Paula Dias; RIBEIRO, Roberta Gabriela Nunes. Mulheres migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. **O social em questão**, v. 21, n. 41, p. 247-264, 2018.

DONATO, Katharine M. US migration from Latin America: Gendered patterns and shifts. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 630, n. 1, p. 78-92, 2010.

JERÓNIMO, Patrícia, "Feminização das migrações internacionais e confluência de fatores de vulnerabilidade na condição das mulheres migrantes", in **Patrícia Jerónimo (coord.), Igualdade de Género: Velhos e Novos Desafios**, Braga, DH-CII, 2019, pp. 37-62

FAO e outros (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e outros) (2022), El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2021: transformación de los sistemas alimentarios en aras de la seguridad alimentaria, una nutrición mejorada y dietas asequibles y saludables para todos, Roma

FLORIAN, Sandra; FLIPPEN, Chenoa; PARRADO, Emilio. The labor force trajectories of immigrant women in the United States: Intersecting individual and gendered cohort characteristics. **International Migration Review**, v. 57, n. 1, p. 95-127, 2023.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. Latina immigrant women and paid domestic work: upgrading the occupation. **Clinical Sociology Review**, v. 12, n. 1, p. 19, 1994

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. World migration report 2024. Geneva: IOM, 2024. 384 p. Available at: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2024>. Accessed on: 6 June 2025.

KALTMAN, Stacey et al. Contextualizing the trauma experience of women immigrants from Central America, South America, and Mexico. **Journal of Traumatic Stress**, v. 24, n. 6, p. 635-642, 2011.

LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 805-821, 2007.

LIRA, Rosângela Araújo Viana de; LAGO, Matheus Bezerra de Moura; LIRA, Fernanda Isabel Araújo Viana de. Feminização das migrações: a dignidade da mulher venezuelana,

migrante e refugiada, e o papel das políticas públicas. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades, Salvador, n. 247, mai./ago.**, p. 322-340, 2019.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389–404, maio/ago. 2008.

MARTINS, Ester Gouvêa; VEDOVATO, Luís Renato. Migração internacional de mulheres e o trabalho doméstico remunerado: opressão e cidadania na era da globalização. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, p. 1975-2009, 2017.

MORALES, Ofelia Woo. La invisibilidad en el proceso migratorio: las mujeres migrantes. **Frontera Norte**, v. 7, n. 13, p. 139-148, 1995.

MOSLIMANI, Mohamad; PASSEL, Jeffrey S. O que os dados dizem sobre os imigrantes nos EUA. Pew Research Center, 27 set. 2024. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2024/09/27/key-findings-about-us-immigrants/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

NATIONAL IMMIGRATION FORUM. Bill Summary: The Border Security and Enforcement Act of 2023. Washington, DC: Immigration Forum, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://immigrationforum.org/article/bill-summary-the-border-security-and-enforcement-act-of-2023/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

NGUYEN, Minh TN; ZAVORETTI, Roberta; TRONTO, Joan. Beyond the global care chain: Boundaries, institutions and ethics of care. **Ethics and Social Welfare**, v. 11, n. 3, p. 199-212, 2017.

ONU. Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. Nova York: Organização das Nações Unidas, 1967. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protocolo_de_1967.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.

ONU MULHERES. A cada 10 mulheres no mundo, 1 vive na extrema pobreza. 6 mar. 2024. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/a-cada-10-mulheres-no-mundo-1-vive-na-extrema-pobreza/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 6 jun. 2025

PARREÑAS, Rhacel Salazar. The reproductive labour of migrant workers. *Global Networks*, v. 12, n. 2, p. 269–275, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2012.00351.x>. Acesso em: 7 jun. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *PNUD propõe medir pobreza multidimensional com foco nas mulheres para erradicar pobreza na região*. 20 out. 2023. Disponível em:

<https://www.undp.org/pt/brazil/news/pnud-propoe-medir-pobreza-multidimensional-com-foco-nas-mulheres-para-erradicar-pobreza-na-regiao>. Acesso em: 7 jun. 2025.

ROCHA, Leticia Priebe et al. Understanding Health Priorities, Behaviors, and Service Utilization Among Brazilian Immigrant Women: Implications for Designing Community-Based Interventions. *Journal of Racial and Ethnic Health Disparities*, [S. l.], v. 9, p. 135–145, 2024. DOI: 10.1007/s40615-020-00936-y. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40615-020-00936-y>. Acesso em: 7 jun. 2025.

UNITED NATIONS. *International Migration Report: 2002*. New York: United Nations, 2002. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/migration/migrationreport2002.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

UNITED NATIONS Global issue: Internacional Migration. *United Nations*, 2023. Disponível em: <https://www.un.org/en/global-issues/migration#:~:text=According%20to%20the%20Population%20Division,154%20million%20international%20migrants%20worldwide>. Acesso em: 21 mar. 2025.